

VON MARTIUS —

(NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE
— 13 DE DEZEMBRO DE 1869)

DJACIR MENEZES

1. O BALANÇO CIENTÍFICO

É sem dúvida um dos cimos iluminados do nosso calendário de cultura: Karl Friedrich Philipp von Martius. Seria veleidade querer dar, em breves páginas, a notícia fiel e integral da profundidade de seu gênio e da latitude de sua obra, que se projetam nos mais variados domínios científicos: na botânica, na geologia, na antropologia, na etnografia, na lingüística, na sociologia, na história. Ele, na plenitude da palavra, não foi um especialista: foi um sábio. Toda vez que sua inteligência fixou um problema da nacionalidade nascente, deixou o sinete primeiro, que orientaria daí por diante os estudiosos.

Durante mais de vinte anos, aventurando-se pelos sertões onde mal se rasgavam as audaciosas veredas da penetração colonial, Spix e Martius, fraternalmente ligados nas vicissitudes de uma obra de pesquisa que tinha um campo gigantesco de interrogações virgens, realizaram itinerário que espanta: percorrem as províncias do Rio e São Paulo, o vale do S. Francisco, as regiões minerais ainda selváticas do Rio Doce e Jequitinhonha; varam os sertões baianos e nordestinos; chegam ao Maranhão através de Pernambuco e Piauí; e alcançam a foz do Amazonas. Mais ainda: fazem a viagem até as fronteiras remotas, subindo o Japurá. E as pupilas deslumbradas e atentas dos dois alemães contemplam ainda a cachoeira de Araraquara...

Dessas viagens no interior desconhecido do país resultou o incomparável balanço científico que o mundo podia esperar: e foi para nós o mais vibrante apêlo aos estudos científicos no madrugado do processo civilizador. Quando a corte de Viena decidiu indicar aquela comissão de naturalistas, onde se contavam os nomes do entomolo-

gista Johann Christian Mikau, do botânico Emmanuel Pohl, do zoólogo Von Matterer, dos pintores Ender e Buchberger, — o grão-duque de Toscana acrescentou-lhes os dois nomes excepcionais. O tio-avô de Martius, Henrique von Martius, fôra autor da *Flora de Moscou*; seu pai fundara a Sociedade Botânica de Ratisbona. O jovem seria o autor da *Flora Brasiliensis* onde se classificariam 850 famílias, com mais de 8.000 espécies, em mais de mil estampas. Porém estas ricas áreas das ciências naturais não nos são familiares. Será no plano histórico e social de sua obra imensa que nos deteremos particularmente: as *Beitrage zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumals Brasiliens* e o *Glossarium Linguarum Brasiliensis* representam ainda, pelo vigor da análise e do método, uma das melhores fontes de estudos nacionais, genialmente antecipados pelo sábio.

Reconheça-se que distava pouco tempo do pesado obscurantismo que a metrópole instalara e que um decênio antes ainda durava. O medo de perder os mananciais da riqueza colonial, de onde saía o ouro com que o carolismo reinol pagou os maiores badalos de sinos à indústria inglesa, no dizer de Ramalho, inspirava aquela ignara política bragantina de proibir tipografias, que eram o veículo diabólico das idéias que o liberalismo espalhava pelo mundo. Os anos em que o barão de Humboldt perlustrara as regiões equinociais, ao abrir do século XIX, tinham ficado para trás. Aquêles idos em que as monarquias ibéricas, apavoradas com os perigos da maçonaria e do republicanismo, assopradores de sedições, arrolhavam os respiráculos. O nosso tão decantado rei D. João VI, que abria depois os portos a todas as nações (isto é, a Inglaterra) e fundaria imprensa, biblioteca, faculdades, — dez anos antes mandava prender um "tal sujeito chamado Humboldt", que lhe cheirava a carbonarismo francês. E o ouvidor do Ceará, muito árdego no cumprimento das ordens, prometeu a recompensa de 200 mil réis pela captura do naturalista na capitania e 100 mil réis no caso de o filarem pelas imediações, Humboldt escapullu mesmo lá do Rio Negro, pelo Cassiquiare e ganhou o Oceano, que mais do que nunca lembraria a liberdade. É o que ainda recordo de algumas leituras antigas.

2. A HISTÓRIA SOCIAL DO POVO

Tempora mutantur: a presença da corte no novo Império de um rei foragido, o casamento de um príncipe bragantino com uma arquiduchessa austríaca, uma comissão de sábios cercados de aprovações reais, anunciavam a mudança. Destarte, coube a Martius iniciativas ploneiras, que admiravelmente realizou. Não pôde, é verdade, contar com os notabilíssimos trabalhos de Antônio Rodrigues Ferreira, miseravelmente frustrados na sua divulgação, — uma espécie de presságio mau, que acompanharia sempre entre nós o es-

fôro generoso dos que se dedicam às atividades desinteressadas. O mecenato do imperador D. Pedro II foi um parêntese isolado e um tanto intercadente no selo de seu benigno patriarcalismo coroado. Não procedia de ação sistemática, mas de uma vontade generosamente movida por nobres sentimentos, pelada nos limites convencionais do meio político. Entre nós, o poder sempre seria hesitante no seu apoio e nas suas verbas ao pioneirismo científico e filosófico.

Martius rendeu sua homenagem ao Imperador, que depois, em momentos difíceis, acudiria, solícito, em socorro das publicações ameaçadas de interrupção e fracasso.

Depois de referir que Martius aqui aportara com o singelo título de assistente do Museu Botânico de Munich e regressaria para alcançar universal renome, escreveu Roquete Pinto: "Finalmente, nestes artigos publicados na *Revista do Instituto* e nos manuscritos que aí estão, vêde como requintou a preocupação amiga do sábio, que não era um taxonomista vulgar, só interessado em dar nomes latinos a plantas ressecadas, mas verdadeiro cientista ocidental, mesclando a tôdas as suas cogitações um cuidado humano pelo futuro núcleo da cultura que encontrou aqui em 1817." Entre os manuscritos que o Instituto recolheu, Roquete menciona, como visto pela singeleza, a lista de livros que Martius compilou "para servir de gula aos que pretendessem escrever a nossa história". É tocante, para nós brasileiros, o amor que esse homem inextinguível dedicou ao Brasil. Numa expansão afetiva, manifestada em carta a Paulo Barbosa da Silva, "seu mais velho e fiel amigo", chamou a esta terra de "sua segunda pátria". Aqui pisara a 15 de julho de 1817, tinha 23 anos de idade. E no fim da vida aos 74 anos, recordava-a sempre com carinho enternecido e compreensivo. Penso, todavia, não exagerar dizendo que foi esse amor ao povo e às coisas nacionais que lhe alargou e aprofundou a compreensão do Brasil. Afiou-lhe a intuição de como sistematizar a nossa história, resumida nas páginas publicadas no sexto número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1844. João Ribeiro utilizou a lição magistral com incomparável lucidez — e Varnhagen, nela inspirado, revolveu os arquivos da Europa para a documentação enorme que acumulou. Não era mais a história como relato ou cronologia de episódios políticos e façanhas militares: Martius abria caminho para a história social do povo, que se integrava no ecúmeno variado e desigual, onde se ajustavam três raças distantes. Ele observou, por assim dizer, experimentalmente.

3. COMO ESCREVER A HISTÓRIA DO BRASIL

O breve ensaio, que intitulou *Como se deve escrever a História do Brasil*, pelo seu alcance e densidade, exige mais atenção no seu exame.

"Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete — discorre Martius — jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem." Desta premissa, onde se pressente a intuição da moderna metodologia, deriva uma visão mais profunda: a de que cada etnia iria reagir "segundo sua índole inata, segundo as circunstâncias, sob as quais ela vive e se desenvolve, um movimento histórico característico e particular". Ponho em grifo para assinalar como Martius antecipava a interpretação sociológica — e, por esse tempo, Comte ainda não cortara o cordão umbilical com Saint-Simon e se preparava para escrever seus primeiros opúsculos. Como se faria a evolução de raças tão díspares? Martius, tentando elucidar, entra em terreno totalmente virgem: a sua história "deverá se desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais". Curiosa forma de exprimir o que tem na mente. Martius pretendia enunciar que o fato histórico global, que, no caso, era o encontro das raças, tinha símile no paralelogramo de forças da mecânica: dêle resultaria um vetor. Daí a menção àquela lei de forças diagonais.

Logo a seguir, prevê o rumor daqueles brancos, ciosos de sua hegemonia no processo do desenvolvimento. Isso, entretanto, a seu ver, será também um "nôvo estímulo para o historiador humano e profundo". Ele não se dirige aos que escrevem a história apologética do poder, ao sabor dos grupos de dominação, — mas aos investigadores das forças reais que configuram a sociedade em formação: "em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente, na última classe da população brasileira, essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado".

O movimento histórico não é, para Martius, senão o processo de participação das classes que estão à base da nacionalidade — e o "autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade e de um cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião que possa defender a susceptibilidade dos brasileiros".

Destarte, em vez de deduzir, como fariam depois Le Bon, Lapouge, Lillienfeld, toda a equipe de racistas politizantes (até o grande José Ingenieros, tão claro nos horizontes devassados, alegou pureza étnica para vaticinar a hegemonia argentina!) — Martius afirma que essa "reciprocidade de raças" afiançaria na "história da formação da população brasileira em geral, o quadro de uma vida orgânica". Apelando para a necessidade de proteger essas raças, deixou cair essa sentença impressionante: "um historiador que mostre desconfiar da perfectibilidade de uma parte do gênero humano autoriza o leitor a desconfiar que ele não sabe colocar-se acima das vistas parciais ou odiosas". Em suma: que ele é um sectário, cego pelos preconceitos de seu tempo.

4. AS CONEXÕES COM AS CORRENTES MERCANTIS EUROPEIAS

Para o estudo preliminar de nossa história, Martius assinalou: "como documento mais geral e significativo deve ser considerado a **língua dos índios**". Nesse sentido, deu passo gigantesco: aí está o seu **Glossarium Linguarum Brasiliensis**. Julga Martius que no estudo da língua está excelente rota para a compreensão das teogonias e mitologias primitivas. De fato, linguagem é pensamento, como ensinou Hegel, e nela se refletem as formas arcaicas da **praxis**, o processo proto-histórico entre o homem e a natureza, o esboçar das primeiras técnicas do direito e da moral, a institucionalização dos estilos convivenciais até a diferenciação do homem como **personalidade**. Os contactos raciais são fenômenos aculturativos de grande complexidade — e ainda correriam muitos anos de estudo para que o tema fôsse bem definido. Em Martius, porém, já prenuncia a regra metódica, que se formularia muito depois no domínio das ciências da cultura. Nesse passo, a respeito dos contingentes que buscavam melhor vida na América, quase sempre agricultores e artistas e raramente nobres, depara-se a seguinte consideração:

"Mas assim não aconteceu nos primeiros tempos da colonização do Brasil. Elas eram uma combinação dessas emprêsas afoitadas e grandiosas, dirigidas para a Índia e executadas ao mesmo tempo por príncipes, nobres e povo; dessas emprêsas que tornaram a nação portuguesa tão famosa quanto rica." Martius tem a visão econômica da expansão das correntes comerciais do ocidente europeu. Na Inglaterra, os emigrantes fugiam das ameaças religiosas à liberdade. No Brasil, "era uma consequência das grandes descobertas e emprêsas comerciais dos portugueses sôbre a costa ocidental da África, do Cabo, de Moçambique e Índia". Um século depois, o historiador João Lúcio de Azevedo escreveria páginas clássicas no assunto, ampliando o que o alemão condensara em lanços como este: "o período da descoberta e colonização primitiva do Brasil não pode ser compreendido senão em seu nexó com as façanhas marítimas, comerciais e guerrilhas dos portugueses, que de modo algum pode ser considerado como fato isolado na história desse povo ativo e que sua importância e relações com o resto da Europa está na mesma linha com as emprêsas dos portugueses."

Esse nexó é o ponto vital de toda uma nova perspectiva. As descobertas entram no processo geral do movimento econômico europeu. Di-lo Martius com vigor: "o historiógrafo do Brasil ver-se-á, arrastado por tais observações, a jamais perder de vista, na história da colonização do Brasil e de seu desenvolvimento civil e legislativo,

os movimentos do comércio universal de então e a incorporá-los mais ou menos intensamente à sua história".

Esse movimento mercantil determinava a concentração dos capitais privados e pelos capitais régios (o rei era um sócio eminente nas empresas aventureiras do oceano) que se conluíavam para a busca das especiarias, das pedras e metais preciosos. Tudo isso — anota Martius — "tem as mais estreitas relações com a história do Brasil", acrescentando: "e finalmente, a das plantas tropicais úteis, conhecidas na Europa depois da descoberta do Novo Mundo, jamais poderá ser separado da história da colonização do Brasil".

Tais teses, nitidamente enunciadas por Martius, seriam repetidas com entono de grande novidade por alguns entusiastas de um marxismo impúbere, assombrados da própria inteligência na percepção do fenômeno.

5. INTUIÇÕES DE UM PRECURSOR

Também não escapou a Martius o lado político e social mais vivo do desenvolvimento colonial. Marcou-o agudamente: as instituições municipais transplantadas do meio lusitano, tendiam, no Brasil, para o robustecimento do sentido da liberdade, em virtude da mais fraca influência do velho direito quiritário, que os reis espanhóis haviam incentivado no período de dominação filipina, na península e colônias. Para completar o quadro, Martius aconselhava a coleta de dados sobre as ordens religiosas (franciscanos, jesuitas, capuchinhos, agostinianos), que exerciam missões no país e cujas informações dormiam nos arquivos europeus, excelente material para o estudo etnográfico e cultural dos habitantes:

"A oposição dos colonos para com estas em geral filantrópicas ordens muitas vezes nascia do conflito dos interesses sociais, nos quais aquêles se consideravam ligados por estas." De modo que a proibição de fundar conventos, a vigilância das missões religiosas originavam-se dos interesses econômicos da Metrópole, assustada com as organizações privadas, embora fossem invocados outros motivos menos terrestres.

Martius reclamou o exame dos estilos de vida colonial, dos sistemas de lavouras, da vida doméstica, das escolas, dos métodos de instrução, do recrutamento militar, do serviço das armas, do serviço administrativo, — todas as atividades fundamentais da "sociedade civil", como se dizia outrora, destacando-a da "sociedade política". Sugeriu mais: que o quadro levantado fosse pôsto em cotejo com as feitorias lusitanas de África, a fim de analisar "a influência exercida pelo tráfico de negros e suas diferentes fases sobre o caráter português no próprio Portugal".

A diversidade do ecúmeno não permitiria um critério de enfoque

uniforme. Daí Martius sugerir o estudo das variações regionais da nossa história, explicada mediante a delimitação dos "complexos" que integram as diferentes áreas do país. Tais histórias não são provinciais, mas expressões regionais ditadas pelas condições ecológicas, diríamos hoje, e não pelas conotações das fronteiras politicamente traçadas. "Portanto — esclarece Martius — deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que por analogia física, pertencem umas às outras. Assim, por exemplo, converge a história de S. Paulo, Minas e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará, e, à roda dos acontecimentos de Pernambuco, formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Pôrto-Seguro não serão senão a da Bahia." Culturalmente, a autonomização seria rápida nalgumas regiões.

Tal trabalho exigiria preliminarmente o estudo demográfico e ecológico de cada região cultural, onde surgem características típicas. O que Martius disse em 1845, somente há alguns anos começou a ser adotado pelos pesquisadores como lição recente da antropologia cultural e da sociologia. Quase todos ignoram o remoto precursor. Que dizer da novel orientação? Suspeitou-se de algum perigo ideológico, a julgar pelas palavras de Martius quando considera a história como fonte de amor à pátria e dos sentimentos cívicos. Há muitas "idéias políticas imaturas" circulando no ar, "republicanos de tôdas as côres, ideólogos de tôdas as qualidades". Não está o leitor atual a pensar nos socialistas, nos comunistas, nos fascistas? Mas deixemos o anacronismo. Que aconselharia um homem prudente, receoso das "idéias perigosas"? Propunha logo meios que vedassem a propagação delas. Alvitaria os métodos de censura e policiamento para impedir a contaminação dos espíritos. Martius ainda aqui revela a sua alta e nobre estatura moral. Sua opinião é a de franquear a todos os estudiosos os livros condenados para que estudem e compreendam a sua inadequação, inconveniência e utopismo! — "para convencê-los, por uma maneira destra, da inexequibilidade de seus projetos utópicos, da inconveniência das discussões licenciosas de negócios públicos, por uma imprensa desenfreada e da necessidade de uma Monarquia onde há um tão grande número de escravos". Assim, a tática para desmascarar a esquizofrenia ideológica não é embargar-lhe o passo com as baionetas da ordem, — mas abrir-lhe os órgãos para a discussão livre.

Verifica-se, através dos exemplos citados, que Roquete Pinto tinha razão quando exaltava a independência de espírito de Martius. Foi o primeiro a assinalar diretrizes de liberdade e a pedir o reconhecimento do sacrifício obscuro e humilde das raças submetidas. Não que enxergasse nelas qualidades excepcionais ou virtudes indômitas, de que sempre fez praça o nativismo empenhado de certa literatice. Ao contrário, viu raças "tristes, já se desagregando nas primeiras fases do processo deculturativo, que prosseguiria inapelá-

velmente futuro adentro. Falando aos descendentes de portugueses e escravocratas de meado do século XIX, ousou dizer aos senhores que a História pátria havia de levar em conta o esforço dos cativos como elemento civilizador do país”.

Ao regressar da Europa, recheado de documentação sobre tão variados domínios científicos, publicou as obras que lhe asseguraram o respeito do mundo. Era, pois, inevitável que Goethe, sempre atento ao movimento das idéias, o convidasse à recepção em Weimar. Eckermann conta a palestra memorável. Mas, naquele encontro, não é Martius que representa o largo horizonte do pensamento, é Goethe. Ante o poeta, não é o pesquisador que se mostra com a intuição que nasce da força filosófica. As escrituras limitam-lhe o espírito na estreiteza do criacionismo bíblico, enquanto Goethe já vislha o evolucionismo. Eram os primeiros lances do duelo entre o barão de Cuvier, que escorava o dogma da imutabilidade, e Saint-Hilaire, que defenderia o princípio biológico da evolução humana.



Consoante se pode concluir desses comentários bordados um tanto desalinhadamente à margem do pensamento de Martius, há boas sugestões de metodologia histórica e social, que não foi explorada no seu largo alcance. E nelas há, *in nuce*, intuição clara de princípios gerais de investigação vigentes nas ciências sociais. Clemens Brandenburger chegou a ver na obra de Martius — “a descoberta científica do país”. E quando, em 1847, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a mais veneranda e conspícua instituição de que nos podemos orgulhar, conferiu-lhe a medalha de ouro laureando a dissertação magistral da nossa história, falou, naquele ano remoto, em nome da posteridade.

Os estudiosos do Brasil de hoje ratificam aquêle gesto com a emoção que dá uma perspectiva de cento e vinte e um anos; e no selo dêste órgão, evocando a figura do sábio de Erlangen, no centenário de sua morte, aqui estamos para atestar que nunca o clarão de glória tão pura iluminou tanto o coração de uma nacionalidade.